



RELATÓRIO DE ATIVIDADES - 2023

[English version here.](#)

Área de advocacy e Articulação:

1. Coordenação do Coletivo RPU Brasil

COLETIVO
RPU
BRASIL

O Coletivo RPU Brasil é uma coalizão atualmente composta por 38 organizações, associações, redes e coletivos da sociedade civil brasileira que, desde sua criação, em 2017, têm realizado o monitoramento dos direitos humanos no país através do mecanismo da Revisão Periódica Universal (RPU) das Nações Unidas. Desde a criação, o IDDH atua coordenando suas atividades.

O grupo realizou diversas ações durante a passagem do 3º para o 4º ciclo, para disseminar informação sobre o mecanismo nacional de monitoramento dos direitos humanos através da implementação das recomendações RPU e de *advocacy* junto aos Estados e a outros mecanismos das Nações Unidas.

Pensando neste contexto de reestruturação com a passagem do 3º para o 4º ciclo, o Coletivo RPU Brasil organizou-se para elaborar a [Carta de Posicionamento](#) sobre as recomendações previamente aceitas e tomadas nota pelo Governo Brasileiro, publicada em fevereiro de 2023. A Carta destacou os principais motivos pelos quais o Estado Brasileiro deveria rever seu posicionamento no sentido de aceitar na integralidade das 17 recomendações que foram tomadas nota, abrangendo especialmente as seguintes temáticas: Comunidade LGBTQIA+, Instituição Nacional de Direitos Humanos (Princípios de Paris), Direitos sexuais e reprodutivos e Povos Indígenas.



IDDDH Instituto de
Desenvolvimento
e Direitos Humanos



Durante os dias 08 a 10 maio de 2023, o grupo realizou o Encontro Presencial, na Casa ONU em Brasília, para traçar novas estratégias, especialmente para o novo ciclo; e realizar deliberações técnicas, metodológicas e para a entrada de novos membros.



Com isso, o grupo passou de 31 para 38 organizações, entidades, institutos e fóruns da sociedade civil brasileira que atuam internacionalmente na proteção e promoção de direitos humanos no Brasil. Ainda, o Coletivo passou a contar com uma coordenação colegiada, composta por: Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos (AMDH), Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos (IDDDH), Justiça Global (JG) e Terra de Direitos (TDD).



IDDH Instituto de
Desenvolvimento
e Direitos Humanos



Ainda, no dia 10 de maio, o grupo organizou, juntamente com a parceria da [Defensoria Pública da União \(DPU\)](#), um Seminário sobre “Política Externa e Direitos Humanos” e a “Exposição Olhares do Brasil”.



O Seminário contou com representantes do Coletivo RPU Brasil, do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), do Ministério das Relações Exteriores (MRE), do Ministério de Direitos Humanos e Cidadania (MDHC), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), e da Defensoria Pública da União (DPU), além de representantes das Embaixadas da Alemanha, da Argentina, da Áustria, da Austrália, do Canadá, da França, da Noruega e a Embaixada do Peru em Brasília. A gravação do seminário está disponível neste link: [Seminário: Política Externa e Direitos Humanos](#)



IDDH | Instituto de
Desenvolvimento
e Direitos Humanos



Além do seminário, a DPU foi palco da [exposição Olhares do Brasil](#), nos dias 10 a 12 de maio. A mostra é uma organização do IDDH e tem a finalidade de iluminar o trabalho de artistas brasileiras/os que abordam temas relacionados aos direitos humanos em suas obras. A exposição é realizada todo ano e nesta edição, foram 75 obras inscritas, de artistas entre 19 e 75 anos, de todas as regiões do Brasil. Foram selecionadas 17 obras e elas estiveram disponíveis no 4º andar do Palácio da Agricultura, onde fica sediada a DPU.



Ainda no Encontro Presencial, o grupo definiu elaborar um documento contendo a Carta de Princípios, a Metodologia de trabalho, e as expectativas para a criação de um Mecanismo Nacional de Monitoramento. Para isso, a Coalizão se organizou em 04 grupos temáticos para definir as prioridades e avançar com as respectivas pautas. Para isso, as coordenações de cada grupo de trabalho realizaram reuniões online para a elaboração do



documento, durante os meses de julho a setembro. O documento final, chamado “Coletivo RPU Brasil no 4º ciclo: a participação da sociedade civil nos Mecanismos Nacionais de Implementação e Monitoramento dos Direitos Humanos”, pode ser [conferido aqui](#).



No mês de novembro, pensando em dar visibilidade ao documento e aproveitando a realização da XLII Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos (RAADH) do Mercosul, em Brasília sob a Presidência *Pro-Tempore* do Brasil, representantes do Coletivo articularam-se para, em Brasília, realizar reuniões com membros de Ministérios e parceiros estratégicos.

Por essa razão, durante o dia 22 de novembro de 2023, membros do Coletivo RPU Brasil reuniram-se com membros do Ministério das Relações Exteriores (MRE). Neste momento, foi realizada a entrega oficial do documento e a expectativa do grupo frente a criação de um Mecanismo Nacional de Monitoramento de Recomendações Internacionais.



Reunião MRE e Coletivo RPU Brasil



Ainda no mesmo dia, o grupo se reuniu na sede do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), para estreitar a parceria do Coletivo RPU com o CNDH, realizando a entrega oficial do documento e alinhar expectativas para Mecanismo Nacional de Monitoramento de Recomendações Internacionais.



Reunião CNDH e Coletivo RPU Brasil

Pensando na conclusão das atividades deste ano, elaboramos o [Relatório Anual de 2023](#) contendo encaminhamentos do grupo para o agendamento de novas reuniões políticas para a entrega do documento, como para o ACNUDH e a CDHMIR.

2. Colectivo EPU América del Sur



O *Colectivo EPU América del Sur* foi criado em 2021 para ampliar o diálogo e a articulação da sociedade civil na região sul-americana para um melhor impacto na Revisão Periódica Universal (RPU), mecanismo de avaliação e acompanhamento dos direitos humanos pela ONU.



Uma das ações do grupo previstas para os anos de 2023 e 2024 é a elaboração de um Relatório Regional sobre Participação Social nos Mecanismos Nacionais de Apresentação de Informações e Monitoramento na América do Sul.

Para elaborar o relatório, o IDDH realizou um questionário para coletar dados relevantes sobre o tema entre as organizações do Coletivo RPU América do Sul. Os principais objetivos deste formulário foram: (1) mapear os Mecanismos Nacionais de Apresentação e Monitoramento de Informações existentes na América do Sul (por exemplo, SIMORE - Paraguai); e (2) coletar avaliações da sociedade civil sobre a participação social nesses sistemas em nossa região. Atualmente, o relatório encontra-se finalizado e em etapa de tradução para o espanhol.

3. Incidência no Sistema ONU

a) Conselho de Direitos Humanos (CDH)

Em 2022, o IDDH realizou incidências durante as três sessões do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Confira abaixo, um resumo de nossas atuações:

Na **52ª Sessão (fevereiro/março)**, o IDDH realizou uma fala durante o Item 6 - Resultados da RPU, agradecendo aos Estados pelas 25 recomendações feitas ao Brasil envolvendo a temática da educação e chamou a atenção para o fortalecimento da EDH no Brasil, especialmente neste novo cenário político, em que esperamos uma reconstrução de políticas públicas da área e maior diálogo com a sociedade civil.



[Confira o vídeo aqui a partir do min 38:00](#)



IDDH | Instituto de
Desenvolvimento
e Direitos Humanos

Além disso, o **IDDH** realizou uma manifestação em nome do Coletivo RPU Brasil, buscando destacar em sua fala a importância da criação de um Sistema Nacional de Monitoramento das Recomendações Internacionais, e que este sistema deve ser construído com a participação da sociedade civil e integrar a estrutura governamental para fomentar políticas públicas concretas.



[Confira o vídeo aqui. minuto 01:09:00](#)

Ainda, na mesma sessão, o **IDDH** co-patrocinou a manifestação da Organização Mundial do Movimento Escoteiro, representando a *ONG Working Group on Human Rights Education and Learning (WGHREL)*, apresentada durante o Item 3 - Debate Geral. Ainda, co-patrocinou a fala apresentada pelo Conselho Missionário Indigenista (CIMI) durante o Item 6 - Resultados da RPU, e a fala realizada pela Justiça Global, organização-membro do Coletivo RPU Brasil, durante o Item 6 - Debate Geral.

Já na **53ª sessão (junho/julho)**, o **IDDH** realizou uma manifestação no diálogo interativo com a Relatora Especial Farida Shaheed sobre o direito à educação. A fala enfatizou a importância do reconhecimento da educação em direitos humanos e clamou por uma ação conjunta entre Estado e Sociedade Civil para o monitoramento da implementação da EDH de forma efetiva.



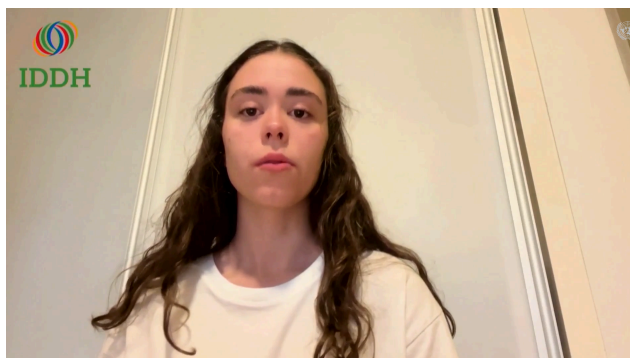
[Confira a fala completa aqui](#)

Além disso, realizamos uma manifestação durante o Diálogo Interativo com o Relator Clément Nyaletsossi Voule sobre o Direito de Liberdade de Assembleia Pacífica e Associação. A fala foi realizada pelos representantes do grupo ECOAR 2023, que denunciou as violações sofridas por defensoras/es de direitos humanos no Brasil, ressaltando em especial o episódio do desastre social e ambiental ocasionado pela empresa Braskem em Maceió-AL.



[Confira a fala completa aqui](#)

Na última do ano, a **54ª sessão (setembro/outubro)**, o IDDH realizou uma fala durante o Item 3 - Debate Geral, apresentando os resultados da Consulta Pública sobre a 5ª fase do PMEDH realizada no Brasil esse ano, ressaltando a necessidade de manter o foco nas juventudes e no combate à violência no meio digital.



[Confira a fala completa aqui](#)

Ainda, na mesma sessão, o IDDH co-patrocionou a fala da *Soka Gakkai International*, em nome do *Working Group for Human Rights and Learning*, que apresentou o documento realizado pelo grupo de trabalho para a manutenção da 5ª fase do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos com foco especial para as juventudes, adicionando à temática o direito à igualdade de gênero e ao meio ambiente saudável.



[Confira a fala completa aqui](#)

b) Comitê de Direitos Econômicos Sociais e Culturais (DESC)

Nos dias 28 e 29 de setembro, o Brasil foi avaliado no Comitê de Direitos Econômicos Sociais e Culturais da ONU sobre o cumprimento do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

O IDDH juntamente com o Instituto Aurora atuaram ativamente neste mecanismo, enviando o [Relatório sobre o Direito à Educação para o Comitê DESC](#), voltado especialmente para educação em direitos humanos, realizando um panorama sobre a situação brasileira, questionamos e recomendações para o Estado Brasileiro. Além disso,



as duas organizações também elaboraram um [Factsheet sobre Educação em Direitos Humanos](#), destacando os principais pontos do relatório.



Durante a 74ª Sessão. Michele Bravos, diretora-executiva do Instituto Aurora, representou as duas organizações, dialogando com peritos do Comitê, apresentando sugestões de perguntas e recomendações que poderiam fazer à delegação brasileira nos dias de diálogos.

No último dia da revisão do Brasil, as intervenções feitas pelas organizações brasileiras apareceram: a EDH fez parte das perguntas de dois peritos, provocando representantes do país a dar respostas e atenção ao tema. Esta atividade de *advocacy* resultou, pela menção da EDH pela primeira vez no Comitê DESC. As recomendações podem ser conferidas no Relatório "[Observações Conclusivas sobre o Relatório do Brasil](#)", buscando por "*The Committee recommends that the State party: 68.e e 68.g*".

Além da recomendação que aparece nas considerações finais do Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o Instituto Aurora e o IDDH apontam para outras questões importantes que envolvem a EDH no Brasil, como revisão do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e uma ação conjunta entre Estado e Sociedade Civil para o monitoramento da implementação da EDH de forma efetiva.

4. Boletim Sociedade Civil no Conselho de DH

Em 2021, o IDDH lançou o Boletim Sociedade Civil no Conselho de DH. A elaboração deste material parte da importância de ampliar o conhecimento e compartilhar informações sobre as incidências que estão sendo realizadas pelas organizações brasileiras no Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas (CDH/ONU). Dessa forma, ele visa



disseminar os esforços realizados e ampliar a visibilidade das entidades que fazem incidência internacional, a fim de fortalecer a participação cívica em tais espaços.

No ano de 2022, foram realizadas três edições do Boletim, abordando as 49^o, 50^a e 51^a sessões do CDH/ONU. Para dar sequência ao trabalho, no ano de 2023 realizamos três edições, abrangendo as 52^a, 53^a e 54^a sessões do CDH/ONU. Dentre os itens da sessão, neste ano, destacamos 28 participações da sociedade civil no Item 3, 7 participações no Item 6 e a organização de 4 eventos paralelos.



Ficou interessada/o? Para receber o Boletim, inscreva-se [aqui](#).

5. Edital ECOAR





Grupo ECOAR + equipe IDDH

Na revisão da CCPR do Brasil, o grupo ECOAR teve a oportunidade de dialogar diretamente com alguns Especialistas Independentes, especialmente aqueles cujas temáticas de interesse estavam mais alinhadas com seu trabalho no Brasil. Um dos defensores dos direitos humanos teve a oportunidade de conversar com o Expert Independente, Carlos Gómez Martínez, e, como resultado, fez uma pergunta ao Estado sobre a violação de direitos humanos que ela lhe apresentou ([pergunta disponível aqui - 28:57](#))

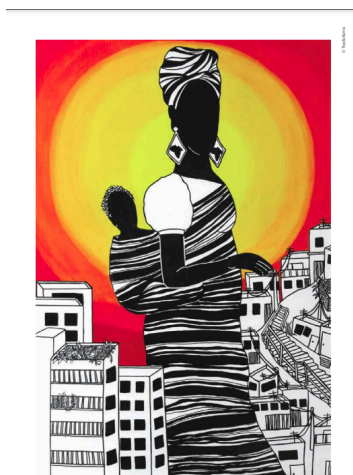


Além de reuniões com as ONGS Anistia Internacional Suíça, Terre des Hommes e Society for threatened people, e com o Grupo de Trabalho sobre a questão dos direitos humanos e das corporações transnacionais e outros empreendimentos empresariais, o Expert Independente sobre Orientação Sexual e Identidade de Gênero (SOGI), e com os Clusters de Direitos LGBTI+ e Igualdade de Gênero e Socioeconômica.

6. Exposição Olhares do Brasil



A Exposição Olhares do Brasil possui o objetivo de divulgar artistas brasileiras/os/es que apresentam temas relacionados aos Direitos Humanos em suas obras. Nesta segunda edição, recebemos inscrições de mais de 70 artistas, entre 19 e 75 anos, de todas as regiões do Brasil. Foram selecionadas 17 obras para ilustrar as páginas do [VII Relatório Luz](#), documento produzido pelo GT SC Agenda 2030.



Com isso, organizamos uma exposição presencial com as 17 selecionadas, a qual ficou disponível entre os dias 10 a 12 de maio de 2023, no Palácio da Agricultura, sede da Defensoria Pública da União em Brasília/DF.

Além disso, elaboramos uma página para [exposição online](#) contendo todas as obras inscritas em todas as edições do Edital Olhares do Brasil, fortalecendo ainda mais o objetivo de divulgar artistas que trabalhem com os direitos humanos.



7. Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos (RAADH)

Durante a XLI Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos no Mercosul (RAADH), Buenos Aires sediou a reunião, sob a presidência *pro-tempore* da Argentina, nos dias 8 a 12 de maio de 2023. A RAADH é um espaço de coordenação intergovernamental sobre políticas públicas de direitos humanos, e uma das principais instâncias de atuação da sociedade civil neste tema no âmbito do Mercosul.

O evento permitiu a retomada de diálogo sobre a elaboração das Diretrizes de EDH para o Mercosul, documento que não fazia avanços significativos desde 2016. Sobre este assunto, o IDDDH enviou juntamente com o Instituto Aurora uma manifestação conjunta em direção a um pedido formal de que o Brasil dê sequência à elaboração desse documento, com evento de ampla participação social e cronograma de trabalho.



Na reunião seguinte, durante os dias 21 a 24 de novembro, Brasília sediou a XLII Reunião de Altas Autoridades sobre Direitos Humanos (RAADH) do Mercosul, sob a Presidência Pro-Tempore do Brasil.

Um dos pontos da [agenda da Comissão Permanente Educação e Cultura em Direitos Humanos \(CPECDH\)](#), que ocorreu no dia 21, foram as **Diretrizes para a Educação em Direitos Humanos (EDH) do Mercosul**. Em 2023, a CPECDH se propôs a revisar o texto das Diretrizes que vem sendo debatido desde 2016, na XXVII RAADH.

Apesar dos esforços da Comissão e comentários da sociedade civil presente na reunião, a delegação do Paraguai pediu o prazo até a próxima Reunião Preparatória da RAADH, que deve acontecer em fevereiro de 2024, sob a Presidência Pro-Tempore do país. O IDDDH estava presente ao lado de outras organizações da sociedade civil e defensoras/es atuantes no tema da educação, como a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e o Instituto Aurora.



Em [nossa fala](#), apresentamos o relatório [“Sociedade civil em ação: histórico das Diretrizes para uma Política de Educação e Cultura em Direitos Humanos do Mercosul \(2013-2023\)”](#) preparado pelo IDDH em comemoração aos 10 anos do lançamento da **Campanha para a Elaboração de um Plano de Educação em Direitos Humanos (EDH) do Mercosul (2013)**. No documento recuperamos os principais marcos nesta década de incidência na RAADH e nas Cúpulas Sociais do Mercosul, bem como os resultados de uma consulta pública que teve contribuições de educadoras/es e organizações da sociedade civil de diversos países da região, que elenca **princípios orientadores, práticas pedagógicas de EDH e direitos mínimos** que merecem atenção durante o debate sobre as Diretrizes.



O IDDH inaugurou sua participação no Conversatório parabenizando o bloco pela criação deste novo espaço de diálogo e externalizando seu desejo de que as Diretrizes sejam finalmente aprovadas na próxima RAADH reforçando a importância da EDH para o combate ao discurso de ódio e outros tipos de discriminação nos países do Mercosul.



Estiveram presentes outras organizações da sociedade civil dedicadas ao tema da educação, direitos das pessoas LGBTQIA+, combate ao racismo religioso, direitos das crianças, pessoas convivendo com HIV-Aids e pessoas vivendo em situação de pobreza.

8. Eventos

Neste ano de 2023, o IDDH também participou de diversos eventos nacionais e internacionais. Destacamos alguns deles:

- Fala na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, organizada pela própria comissão no âmbito das Câmara dos Deputados, realizada no dia 11 de abril, pela coordenadora de programas, Suiany Zimmermann, pautando a Revisão Periódica Universal (RPU), a participação social na construção de sistema nacional de acompanhamento de recomendações e a Educação em Direitos Humanos





- Fala na Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, organizada pela própria comissão no âmbito das Câmara dos Deputados, realizada no dia 14 de junho, realizada pela diretora executiva, Fernanda Lapa, pautando a Consulta Pública realizada pelo IDDH e MNDH para o foco da 5ª fase do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH) da ONU.



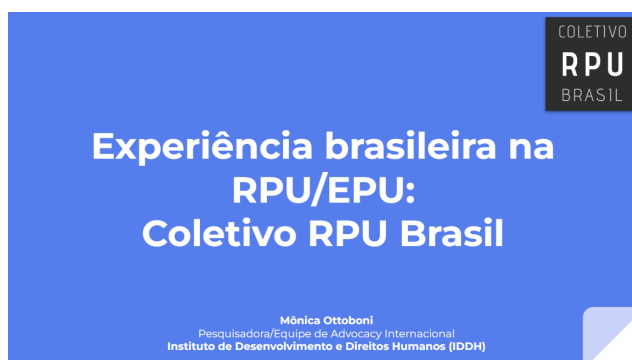
- Lançamento do Relatório Luz organizado pelo GT para a Agenda 2030, realizado no dia 25 de setembro de 2023, no auditório do Anexo I da Secretaria-Geral da Presidência da República. O evento buscou apresentar um panorama sobre a implementação dos ODS no Brasil, no qual o IDDH teve a oportunidade de apresentar os resultados do ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes.



- Seminário de Educação em Direitos Humanos e Democracia organizado pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, realizado nos dias 09 e 10 de agosto de 2023.



- Taller Seguimiento de las Recomendaciones: orientaciones para la sociedad civil, organizado pelo ACNUDH, no dia 24 de novembro, no formato online. O evento buscou apresentar informações sobre o 4º ciclo, especialmente no Equador e apresentar boas práticas realizadas na América Latina.



9. Rede de Advocacy Internacional (RAI)

Criada em 2021, a Rede de Advocacy Internacional - RAI é uma rede para comunicação e articulação entre defensoras/es de DH representantes da sociedade civil, que participaram de cursos de *advocacy* internacional do IDDH. Assim, tal rede possui a finalidade de aproximar a sociedade civil organizada e compartilhar eventos, chamadas em aberto, publicações e outras informações relevantes ao *advocacy* internacional.

A partir de 2022, em consonância com a 4ª fase do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos, a RAI ganhou a divisão jovem (RAIJ), destinada para propostas e oportunidades voltadas às juventudes que estiveram nas formações do IDDH.



IDDH | Instituto de
Desenvolvimento
e Direitos Humanos



Já em 2023, a RAI conta com cerca de 500 participantes, estendendo-se a todas as regiões do país, e conta com um espaço online, destinado a ampliar ainda mais a troca de informações e conexão entre as pessoas integrantes da RAI. Além disso, realizamos o envio de três newsletters contendo informações sobre o Conselho de Direitos Humanos da ONU e oportunidades internacionais. Assine a [newsletter do IDDH aqui](#).

10. Posse na Comissão Nacional de Políticas Educacionais de Direitos Humanos (CNPEDH)

Durante o mês de maio de 2023, foi oficialmente instituída via Portaria nº 944 de 2023, a Comissão Nacional de Políticas Educacionais de Direitos Humanos - CNPEDH, de caráter consultivo e de assessoramento, para subsidiar o Ministério da Educação - MEC, na elaboração, no acompanhamento e na avaliação das Políticas Educacionais em Direitos Humanos.

Já no dia 21 de novembro, a diretora executiva do IDDH, Fernanda Lapa, e a coordenadora de programas, Suiany Zimmermann, foram empossadas como titular e suplente, respectivamente, como representantes do IDDH na Comissão.



11. Lançamento da Plataforma IndexDH

A plataforma, desenvolvida pelo IDDH, reúne todas as recomendações de direitos humanos dos mecanismos da ONU traduzidas e categorizadas num só lugar. As recomendações estão categorizadas em temas, grupos afetados e relacionadas aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030.

Na Plataforma IndexDH Brasil você encontra todas as recomendações dos principais mecanismos de direitos humanos da ONU, a Revisão Periódica Universal, os Procedimentos Especiais e os Órgãos de Tratados. São mais de 2.000 recomendações organizadas em 78 categorias temáticas e 24 grupos afetados.

O objetivo da Plataforma IndexDH Brasil é sistematizar de forma prática e acessível as recomendações internacionais recebidas pelo Brasil. Além de acessar as recomendações, você pode salvar suas buscas para retomá-las mais tarde e baixar os resultados de suas pesquisas para organizá-los como desejar.



O Lançamento oficial da Plataforma IndexDH foi realizado no mês de maio de 2023, durante o [Seminário: Política Externa e Direitos Humanos](#), na sede da Defensoria Pública da União em Brasília.

[Clique aqui](#) e confira a Plataforma.

12. Programa Jovem



Além de auxiliar a equipe em alguns projetos, o programa jovem do IDDH começou esse ano com uma nova iniciativa: um relatório paralelo para o Comitê da Criança, pelo qual o Brasil está passando pelo ciclo de revisão em 2024.

O relatório tem em foco EDH no Brasil e a visão dos jovens sobre esse aspecto. Para isso, foi lançada uma pesquisa pública para entender melhor como a educação está sendo vivida pelos jovens de 15 a 17 anos no Brasil, para assim coletar os comentários e



IDDH | Instituto de
Desenvolvimento
e Direitos Humanos

recomendações desses jovens para o nosso relatório. O formulário foi lançado em dezembro de 2023 e ficará aberto até fevereiro de 2024 e a finalização do relatório será em março, para então ser enviado ao comitê, auxiliando na revisão do nosso país.



Área de Formação

13. RPU e Sistemas de Justiça



Realizado em parceria com a Defensoria Pública da União (DPU), o curso foi estruturado em duas etapas e pode contar com até 100 participantes. A etapa Conhecer, foi realizada em primeiro momento de forma completamente online, ao longo de duas semanas, através da plataforma online EducarDH. Esta teve o objetivo de fornecer conhecimento básico sobre o mecanismo internacional de proteção dos Direitos Humanos, RPU, e aproximá-lo das atividades profissionais das/os inscritas.

Em segundo momento, a formação buscou a construção de um Plano de Ação, para articulação de defensoras/es que são representantes de Grupos de Trabalho temáticos da DPU. Para isso, o módulo estendeu-se por 4 semanas, de forma online, com atividades síncronas e assíncronas através das plataformas EducarDH e Zoom. Ao finalizar a trajetória de ensino, as/os participantes puderam aproximar suas atuações do mecanismo da RPU e traçar atividades para aproximá-las de seu ambiente profissional.

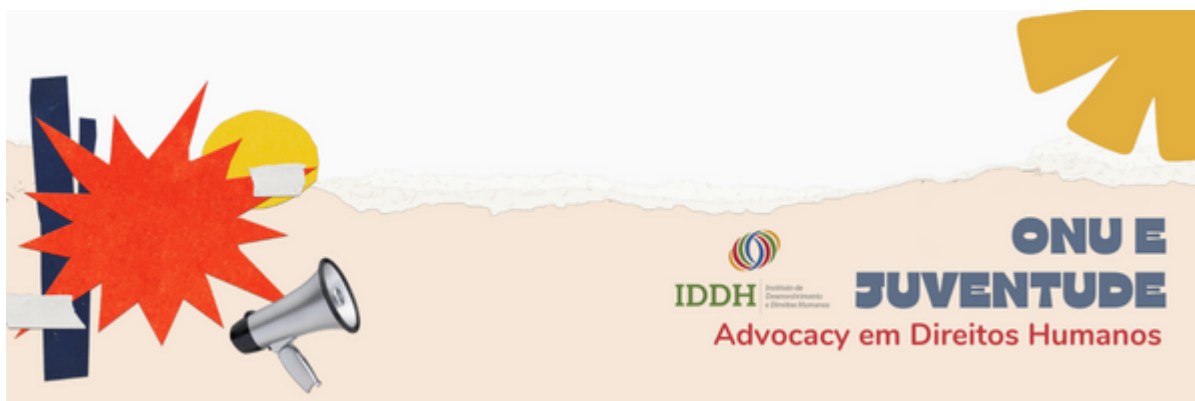
14. EPU & América del Sur - abogacía en derechos humanos



Esta formação teve o objetivo de instrumentalizar organizações da sociedade civil da América do Sul para atuação com RPU, além de fortalecer as atividades de coletivos nacionais e a articulação entre esses. Assim, o curso teve procura de 171 pessoas e, ao finalizar as inscrições, pôde abranger 10 países da América do Sul e cerca de 60 participantes.

A formação iniciou-se com um módulo online, através da plataforma EducarDH, e com atividades síncronas e assíncronas. Neste momento, as/os/es participantes puderam aprofundar-se no sistema ONU de Direitos Humanos, além de criar ações para implementar a RPU em cada país e articular com defensoras/es de diferentes regiões.

15. ONU e Juventude: Advocacy em Direitos Humanos - Módulo Incidir



Em continuidade da formação ONU e Juventude: *Advocacy* em Direitos Humanos, iniciada em 2022, foi realizada uma oficina presencial em Brasília, ao longo de três dias, com as/os 15 participantes selecionadas/os. As atividades visavam aprimorar projetos de



implementação dos ODS da Agenda 2030 (iniciado em etapas anteriores da formação) e possibilitar contato com interlocutores sobre *advocacy* nacional e internacional. A partir disso, foi possível contar com a presença de participantes de todas as regiões do país; dialogar com representantes das Comissões de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial; da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais; Defesa dos Direitos da Mulher; e de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família; visitar a Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial; trocar com especialistas; entre outros. Após a conclusão desta etapa, as/os/es participantes puderam finalizar um projeto de incidência com os ODS e traçar caminhos para colocá-lo em prática nas suas localidades.



Após as atividades em Brasília, as juventude revisaram e finalizaram os projetos para implementação da Agenda 2030 em suas regiões. A partir disso, em parceria com a Cátedra UNESCO de Educação para a Cidadania e Direitos Humanos da UNIVILLE e apoio da Embaixada da Alemanha, sistematizamos o [E-BOOK Juventudes e ONU](#) para divulgar os projetos desenvolvidos pelas/os jovens. Esta iniciativa teve o objetivo de impulsionar



as/os projetos que as/os jovens realizaram e incentivar que outras/os praticam outras atividades inspiradas nessas.



[E-BOOK Juventudes e ONU](#)

Para dar conclusão ao processo formativo destas/es jovens, um/a representante de cada região foi convidada/o para ir a Brasília, durante os dias 21 e 22 de novembro, para uma agenda intensiva de reuniões com parceiros estratégicos. Naquele momento, foram realizadas reuniões com representantes e secretários da Secretaria-Executiva da Comissão Nacional para os ODS e do Conselho Nacional da Juventude.

Além disso, as/os jovens participaram do Lançamento do Plano de Afirmção e Fortalecimento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva de Educação Inclusiva (PNEEPEI) no Palácio do Planalto, evento que contou com a participação do Presidente Luís Inácio da Silva e Ministros Camilo Santana (Ministério da Educação) e Silvio Almeida (Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania). Por fim, participaram das comissões de trabalho da Reunião de Altas Autoridades em Direitos Humanos do Mercosul (RAADH): Comissão de Comunicação e Direitos Humanos e Comissão de Discriminação, Racismo e Xenofobia.



Reunião com Ronald Luiz dos Santos - Secretário Nacional de Juventude

16. Advocacy ONU: Curso Básico



Voltado às juventudes, esta formação ocorreu ao longo de seis semanas com o objetivo de apresentar conhecimentos teórico-básicos sobre o sistema de Direitos Humanos da ONU, contextualizando-o com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030. Recebemos cerca de 750 inscrições e, através da Plataforma Educar, as/os/es 269 bolsistas selecionadas/os/es para o curso tiveram acesso a atividades relacionadas ao Conselho de Direitos Humanos (CDH), à Revisão Periódico Universal (RPU), aos Órgãos de Tratados e aos Procedimentos Especiais. Ao finalizar o curso, as/os/es participantes estavam habilitadas/os/es a compreender o contexto de estrutura e funcionamento da ONU; e identificar e diferenciar os mecanismos de atuação desta.



17. Empresas, Direitos Humanos e Agenda 2030

A Cátedra de Educação e Direitos Humanos da Univille, juntamente com o apoio do IDDH, organizaram o Seminário sobre Empresas, Aprendizagem e Agenda 2030, no dia 28 de novembro, no Parque Perini, na cidade de Joinville/SC. O Evento buscou apresentar um panorama sobre o impacto dos jovens aprendizes nas empresas. Para saber mais, confira a matéria [disponível aqui](#).

